
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 – Londrina-PR

Data: 28 de fevereiro de 2018

Horário: 08h00 (1ª convocação) – 08h15 (2ª convocação)

1 Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, foi realizada reunião ordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015,
3 sala 1008 - Centro, Londrina-PR. A reunião iniciou-se em segunda chamada, às oito horas e
4 30 minutos. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s: Nadia Oliveira de Moura –
5 SMAS, Marina Bertonccini de Andrade – SMAS, Aurélio Caetano da Silva – SMAS, Rodrigo
6 Eduardo Zambon – SMAS, Amanda Boza Gonçalves Carvalho – SMAS, Renata Gomes
7 Simões – SMAS, Josiani Nogueira – SMAS, Maria Inês Louro – SMAS, Claudia Renata
8 Favaro – SMAS, Gisélia Duarte Dias Paulino – AMS, Maria Inês Galvão de Mello – Gabinete
9 do Prefeito, Neusa Harumi Tiba – Gabinete do Prefeito, Janaína Stabile Soares Lenzi – SME,
10 Cláudio Roberto Rufino – SMPOT, Claudemir Fattori – FEL, João Francisco Ferraz de Lima –
11 Associação Guarda Mirim de Londrina, Juliana Rodrigues da Cruz Santos – Centro
12 Educacional Marista Irmão Acácio, Simone Leal Peres – Meprovi, Luana Garcia Campos –
13 Cáritas, Alisson Fernando Moreira Poças – Casa do Bom Samaritano, Liliane de Fátima
14 Lankaites – Instituto Filadélfia de Londrina, Edna Luiza dos Santos – CREFITO, Valmirete
15 Alves da Silva – Cras Leste, Helton Fabio de Oliveira – Centro Pop, Alvino dos Santos Murça
16 (nome social: Vanessa) – Cras Centro A, Edna Costa de Oliveira – Cras Oeste B, Leonardo
17 Aparecido Gomes – Cras Norte A. Justificaram a presença os seguintes conselheiros: Paulo
18 Sérgio Aragão – SMAS, Danilo Komar Silva – Pequena Missão para surdos, Adriana Martinelli
19 Casagrande – ILECE. Estiveram presentes os participantes: André Luis Barbosa – Movimento
20 População de Rua de Londrina, Isabela Peruzzo – Centro Pop, Edson Odair – usuário,
21 Marcelo Fabiano da Silva – usuário centro pop, Juliana Moreno – Conselho Tutelar Oeste,
22 Andrea M. Ramos – Nuselon, Daniel Soares da Silva – CRESS-PR, Ana Maria Nascimento –
23 GMA/SMAS, Maria Lucimar Pereira – Centro Pop/SMAS, José Bezerra – usuário Centro Pop,
24 Bruna Lima Milani – Cáritas, Helio S Santos, Silvia Belieiro – SMI, Janaina Arruda Messias –
25 ESPRO, Kleber Maricato – LBV, Alexandra Rodrigues Silva – Morada de Deus, Ana Cristina
26 Góes Fuentes – Cras Leste/SMAS, Silvana Carla Palacio – SMAS/DPSE, Adriana Fabia
27 Zaganini Paschoal – Associação Flávia Cristina, Ezylda Maria Magro – Provopar, Marcia
28 Gonçalves Valim Paiva – EPESMEL, Patricia R F Teixeira – SMAS/DGSMAS, Izabel Feijó
29 Oliveira Flores – ACESF, Viviane Oliveira – SMAS/DGSMAS. Neusa iniciou os trabalhos
30 saudando os presentes e na sequencia realizando a leitura da pauta para aprovação: **1.**
31 **Apresentação e aprovação da pauta; 2. Provopar; 3. Recomposição da Mesa Diretora;**
32 **4. Diretoria de Proteção Social Especial: apresentação da modalidade República; 5.**
33 **Abertura de superávit dos recursos externos do FMAS – Gestão; 6. Comissão de**
34 **Fundo; 7. Definir data para realização da Audiência Pública; 8. Relato de Comissões: a.**
35 **Comissão de Inscrição: recurso apresentado pelo CIEE; 9. Informes: a.**
36 **Operacionalização do benefício eventual referente ao primeiro bimestre de 2018; b.**

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

37 **Horários das reuniões.** Josiani pediu inversão de pauta para apresentar a mudança no
38 Sistema Municipal do Monitoramento e Avaliação, do Serviço de Acolhimento em Repúblicas.
39 Sugere alteração no documento de monitoramento e avaliação, pois quando foi escrito não
40 existia o serviço. Principais mudanças se referem ao RH necessário e a inclusão de república
41 para jovens. Aurélio sugeriu que tivesse critérios nos encaminhamentos. Leonardo questiona
42 que deveria atender ao público da rua e não do acolhimento. Maria Lucimar relata que está
43 atendendo a população em situação de rua, pois o usuário depois de muito tempo acolhido,
44 mesmo que já esteja se organizando, precisa da república para se fortalecer e se preparar à
45 vida independente. Alisson coloca a importância da República para Jovens egressos do
46 Acolhimento Institucional de criança e adolescente de Londrina, pois em que pese os
47 avanços na Lei de Adoção, muitos jovens completam 18 anos nos Abrigos e não possuem
48 vivência de rua para frequentarem os Acolhimentos Adultos, que é um público diferente.
49 Destaca que essa proposta já foi feita há anos, entretanto não havia ainda sido de fato
50 implementada. Josiani Nogueira relata que essa discussão foi feita com representantes do
51 acolhimento infantil. José é acolhido na república e relata que não gostaria que a república,
52 que está sobre a coordenação da prefeitura e atendimento centro pop, passe para a
53 administração de uma instituição. Acredita que perderão a autonomia, pois fez a defesa
54 indicando que as instituições colocam muitas regras as quais tornam inviável a permanência
55 no acolhimento. Maria Lucimar esclarece que o Centro pop continuará parceiro mas precisa
56 das instituições para implantar mais repúblicas. Helton perguntou quanto tempo o usuário
57 pode ficar na república, Josiani relata que são seis meses, podendo ser prorrogado mediante
58 avaliação técnica. Edna dos Santos coloca que entendendo que precisa trabalhar a
59 autonomia, a terapeuta ocupacional seria importante. Josiani esclarece que equipe não pode
60 fugir dos documentos norteadores, Guia Técnico para os Serviços de Acolhimento de Criança
61 e Adolescente, Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e NOB RH, mas nada impede que
62 as instituições realizem parcerias. Neusa Harumi Tiba apresentou a proposta sem
63 abstenções, uma reprovação e os demais aprovaram sem ressalvas. **3. PROVOPAR:** Foi
64 apresentada a solicitação de Michely para cancelar o ponto de pauta sobre Provopar, a
65 pedido do presidente, enviado por e-mail no dia 27/02 às 16h11 para o conselho, contudo
66 Neusa sugere que após a denúncia posta, o ponto de pauta deve ser mantido. Neusa
67 perguntou se teria algum representante presente do Provopar, Ezylda funcionária do
68 Provopar disse que o e-mail foi enviado para a secretaria do CMAS para o cancelamento
69 porque o presidente foi intimado para uma audiência judicial e não teria como vir. Ressalta
70 que só o presidente poderia fazer essa discussão hoje e solicita para deixar a pauta para a
71 próxima reunião. Neusa pediu para a secretaria de assistência social se manifestar direito à
72 resposta a fala do presidente na reunião anterior para que esse conselho conheça as partes
73 envolvidas. Ressalta que o conselho deve ser informado e esclarecido para executar seu
74 papel de controle social e inclusive aplicar sanções previstas. Valmirite perguntou se após
75 secretaria prestar esclarecimento haveria discussão. Neusa disse que não, apenas usaria os
76 15 minutos para a SMAS fazer a resposta. Aurélio disse que não esteve na última reunião e

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

77 não tem conhecimento das argumentações realizadas pelo PROVOPAR na reunião passada,
78 mas que trouxe documentos e informações sobre o acompanhamento realizado pela SMAS e
79 está à disposição da plenária para esclarecimentos. Neusa lembra duas falas do presidente
80 do PROVOPAR relacionadas a questões de assédio e perseguição praticados pela SMAS e
81 isso soa como denúncia. Comissão de fundo tem papel fundamental nessa situação, devendo
82 se debruçar e verificar o que vem ocorrendo e buscar dados para esclarecer todo o processo.
83 Quanto a acusação de que a secretaria não repassou recurso quando estava tudo correto
84 com documentação no ano passado, só poderá ser esclarecido com a apresentação de
85 documentos oficiais e para isso seja necessário até solicitar uma auditoria. Valmirote coloca a
86 preocupação, pois não vem de hoje a questão referentes ao PROVOPAR e sabe que a
87 comissão de fundo, pois a comissão de fundo é justamente verificar a situação para indicar
88 irregularidades e fazer as denúncias, isso já foi feita pelos usuários, pela própria instituição. A
89 auditoria é papel do executivo. Neusa relatou que analisou os relatos da comissão de fundo e
90 constatou que desde 2015 não há nenhuma anotação no livro ata da comissão de fundo e
91 que consta apenas uma anotação em novembro de 2017. Reforça que tal situação é
92 inadmissível, pois na administração pública só tem validade o que está devidamente
93 registrado e documentado. Valmirote relata que pode não estar no livro ata mas conta nas
94 atas do conselho os relatos das discussões do PROVOPAR. Marina colocou que deve ter
95 uma coordenação, organização dos documentos e registros da comissão, bem como a
96 agendas contemplar a presença de todos, só conseguiu participar de uma, pois quando
97 agendam é em cima da hora e já tem outras agendas da gerência. Deve se reunir com
98 agenda fixa. Luana relatou que na última reunião do dia 27 Luana ficou como coordenadora
99 da comissão de fundo. Aurélio disse que comissão de fundo não precisa de denúncia para
100 atuar, seu papel antecede é de fiscalização. Aurélio pede a palavra dentro dos seus 15
101 minutos. CMAS só vai deliberar sobre alguma coisa se tiver por escrito e documentado as
102 situações. Aurélio esclarece acerca do fluxo de acompanhamento realizado pela SMAS frente
103 aos convênios celebrados, que trata da constatação da prestação dos serviços pactuados, da
104 regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista das entidades e da análise
105 preliminar da prestação de contas dos recursos repassados. Informa que havendo
106 irregularidades ou a falta de qualquer desses itens o repasse é retido. A prestação de contas
107 final é feita pela Controladoria Geral do Município. Alisson questiona porque deixou chegar a
108 esse ponto, porque a instituição tem o termo de ajuste e isso possibilita com convênio,
109 dívidas parceladas, contudo quando começa a não conseguir pagar, ou apresentar
110 documentações fica parado o processo. Cláudio pergunta se a procuradoria avalia toda a
111 documentação. Questiona se o CMAS aprova a instituição e a procuradoria o processo.
112 Aurélio relata que sim. Cláudio questiona se ela passou pelo chamamento público pela CMAS
113 e pela SMAS, processo todo correto, mas depois de executar o serviço não apresenta
114 prestações que não está na legalidade e a SMAS não paga. Não é atribuição do conselho
115 dizer se paga ou não paga. Claudio disse que não faz auditoria, a comissão de fundo não
116 pode responder por esse processo legal de documentação de prestação de conta. O

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 acompanhamento da CMAS é pelo serviço prestado ao usuário e comissão acompanhar o
118 processo e propor denúncias quando verifica irregularidade. Valmirete também relata que o
119 que precisa ser feito vai além desse conselho. Por que comissão de fundo precisa se
120 debruçar nos documentos de convênio, como o próprio Aurélio disse, se isso é papel do
121 executivo, prefeitura, SMAS? Neusa lembrou que não é fazer o serviço da secretaria, mas
122 atividades afetas a fiscalização e controle social do recurso alocado no Fundo Municipal de
123 Assistência Social. Nádia pediu a palavra e disse novamente que não é o debate e que
124 Aurélio está fazendo só um informe e não está aberto hoje para discussão. O tribunal de
125 contas e controladoria que vai decidir se paga ou não, não é atribuição do conselho
126 acompanhamento dos convênios de aplicação de recurso. Marcia Valin fala que os conselhos
127 devem conhecer claramente suas atribuições e não assumir questões que não são do
128 conselho para não responder por isso. Deve sim se apropriar das resoluções de fundos e
129 aplicação, mas a execução acompanhamento da aplicação do seu recurso está de acordo
130 com o deliberado, mas a prestação de contas que aplicou é para a SMAS, da gestão de
131 convênio. Aurélio fez todo o relato sobre o acompanhamento do Provopar. Marcia Valin falou
132 que a comissão de fundo acompanhou todo esse processo na gestão passada. Em janeiro foi
133 feito um TAC que vale até 31/03/2018 e conselho deve acompanhar. Neusa sugere antecipar
134 para a capacitação sobre o decreto que regulamenta a lei do marco regulatório para
135 esclarecer qual a atribuição do CMAS. **4. Recomposição da Mesa Diretora:** Neusa informou
136 sobre a solicitação de desligamento da conselheira Ana Claudia do CMAS, que também
137 ocupava a vice-presidência, e solicita a indicação dos representantes da sociedade civil para
138 assumir a vaga. Valmirete relatou que sempre a sociedade civil se organiza para fazer a
139 indicação. Foi deliberado pela plenária que a composição da mesa diretora será realizada
140 após eleição complementar. **Abertura de Superávit dos recursos externos do FMAS –**
141 **Gestão:** Amanda Boza G. Carvalho iniciou a apresentação explicando o conceito de superávit
142 financeiro e seu fluxo, expôs o valor de todo o provável superávit, por fonte, e, por fim,
143 apresentou a proposta de reprogramação do superávit, para 2018, mais especificamente das
144 seguintes fontes: 934, 787, 789, 882, 867 (Bloco da Proteção Social Básica); 938, 758, 935
145 (Bloco da Proteção Social Especial de Média complexidade); 939 (bloco da Proteção social
146 Especial de Alta Complexidade). Tal reprogramação se refere ao valor total de
147 R\$3.701.744,93, o que representa 38,7% do valor total do provável superávit. Amanda
148 também ressaltou que as propostas de aberturas de superávit das demais fontes serão
149 apresentadas nas próximas reuniões deste Conselho. Marcia Valin relembra do acordo que
150 por conta de uma demora do aditivo instituições não conseguiram gastar e SMAS assumiu o
151 compromisso de devolver, ou melhor, reprogramar para que os recursos voltem para as
152 mesmas instituições que já executaram os serviços. Já existem resolução deste conselho ou
153 está deliberado pelo CMAS em atas e devem ser verificadas. Amanda apresentou as fontes
154 externas apenas para conhecimento e esclareceu que não se tratava ainda da
155 reprogramação dos programas federais, IGD SUAS e IGD Bolsa Família, bem como dos
156 PPAS's, que são repasses estaduais. Renata complementou toda a aplicação do recurso

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

157 IGD. Nádia também esclareceu que acompanha todo o processo e hoje tem a assessoria da
158 Rosângela que tem acompanhado diariamente todas as deliberações, programas e execução
159 dos projetos. Marcia relata que as vezes antecipar os repasses deve ser considerado, pois
160 evita acúmulo na conta e já se antecipa, para não correr o risco de bloqueio. Nádia coloca
161 que tem cobrado esse monitoramento. Por fim, Amanda apresentou um resumo dos valores
162 elencados na apresentação, sendo eles: R\$9.546.016,16 (total do provável superávit);
163 R\$3.701.744,93 (total da reprogramação apresentada no dia 28/03/2018); R\$5.844.271,23
164 (superávit pendente de reprogramação e abertura). Marcia Valin coloca que a comissão de
165 fundo deve retomar essa discussão. Neusa informou que já foi suplementado pelo município
166 e o recurso que faltava na dotação de subvenção para repasse dos meses de novembro e
167 dezembro com recursos próprios e Aurélio complementa que só está aguardando liberar o
168 superávit para fazer o aditivo tratando dos dois assuntos. Claudio relata que a CMAS deveria
169 dar devolutiva das resoluções o que irá fazer. O próximo ponto de pauta se referiu à
170 justificativa da acumulação de saldos do PPAS II. Amanda fez a leitura de todo o Ofício
171 90/2018 – DGSMAS/SMAS, o qual apresenta a justificativa quanto a acumulação de saldos
172 da modalidade PPAS II. O referido Ofício foi aprovado pelos Conselheiros. Após a aprovação,
173 tal documento será enviado para o Escritório Regional da SEDS. Marilys apresentou a
174 discussão sobre implantações na comissão de fundo. Apresentou todo o resgate do
175 reordenamento do acolhimento adulto para recompor os serviços que eram ofertados pelo
176 Pão da Vida, foi posto todas as metas no chamamento, mas 25 metas ficaram descobertas.
177 Diante disso, foi pensado a modalidade de república que já foi explanada e aprovada nessa
178 plenária no mesmo dia. Seriam implantadas 5 repúblicas. Duas repúblicas seriam priorizadas
179 para jovens de 18 a 21 anos, 6 metas por casa, discussão já feita nesse conselho, cobrada
180 por vários órgãos e demanda dos acolhimentos infantis. Outra seria o público de Pessoas
181 com BPC que poderia ter uma vida independente como cogestão utilizando seu BPC que tem
182 autonomia e pode fazer a gestão do seu recurso BPC, 10 vagas. Luana colocou que foi feita
183 essa discussão na comissão de fundo. Luana relata que embora a residência inclusiva não
184 atende à demanda do CREAS4 e Cáritas. E essa modalidade não atenderia esse público. A
185 república é necessária, mas residência inclusiva também. Luciana coloca que ILPI não é a
186 única responsável para atender o público idoso irá depender da demanda. Além do BPC deve
187 ter o critério de outras questões que devem ser verificadas como comportamento. Marcia
188 coloca que a residência deve avançar no que necessitaria para atender, mas é válido o
189 trabalho realizado. Alisson destaca a importância das Repúblicas, entretanto faz o alerta ao
190 Conselho, de que não está sendo criado um novo serviço e sim um remanejamento de
191 recursos, tendo em vista que 25 vagas de Acolhimento Institucional, que eram do Projeto Pão
192 da Vida, até setembro do ano passado e que ficaram sob responsabilidade do Bom
193 Samaritano, foram fechadas em janeiro deste ano pela SMAS e com este recurso, estão
194 fazendo o projeto das Repúblicas e que na opinião do mesmo, daria pra continuar com as 25
195 metas de Acolhimento Institucional, tendo em vista o contingente de pessoas em situação de
196 rua e ampliação de recursos para implantação das Repúblicas. Luciana perguntou quantas

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

197 metas o bom samaritano atende, e Alisson respondeu que são 50 metas e 29 metas de
198 residência. Marcia pede para o conselho ponderar, pois criar esse serviço não exime a
199 necessidade de ampliação das vagas em acolhimento, pois necessita atender a demanda
200 que já existe. Josiani coloca que nenhuma instituição quis participar desse chamamento.
201 Alisson disse que o Bom Samaritano não participou do chamamento, pois imaginamos que
202 alguma outra entidade assumiria as 25 metas. Como o chamamento deu vazio, foi ofertada
203 pela SMAS, as 25 metas de Acolhimento Institucional, para permanecerem com o Bom
204 Samaritano mediante termo aditivo, tanto que a entidade fez o planejamento de 2018 em
205 cima das 75 metas e que somente no dia 05/01/2018 fomos avisados que as metas não
206 seriam aditivadas. Josiani colocou que não foi só a questão do chamamento, mas foi também
207 feito um diagnóstico junto ao centro pop que a república também é uma demanda. Marilys
208 coloca que o detalhamento das ações e forma de execução será feito no edital de
209 chamamento. Marcia coloca que os critérios devem ser mais claros, visto que o parceiro
210 deverá responder e se esses procedimentos de contribuição de BPC não for legalizado.
211 Quanto vai receber. Marilys disse que essa modalidade tem regulação suficiente. Josiani
212 indicou que a proposta do município é de reordenamento do valor de 25 metas destinadas ao
213 acolhimento de pessoa adulta com um valor total de R\$ 19.832,00, com Reprogramação
214 dessa fonte livre, a qual seria destinado a duas Repúblicas para Jovens de 18 a 21 anos
215 (duas casas com até 6 moradores cada), duas Repúblicas para Adultos (duas casas com até
216 10 moradores), 1 República para Pessoas que recém BPC (uma casa com até 10
217 moradores), R\$ 2.000,00 para vagas em hotel para famílias em trânsito e R\$ 3,000,00 (12
218 metas de R\$ 250,00 cada) para aumento da quantidade de bolsas do Programa de
219 Transferência de Renda Municipal para pessoa em Situação de Rua. Marcia Valim relata
220 porque tirar desse recurso do PMTR que já é tão pouco e não pega do recurso do próprio
221 recurso do PMTR. Marilys coloca que esses 12 já é prioridade e se for fazer essa discussão
222 com fonte da básica levaria tempo e já foi feita essa discussão e demanda é agora. Marcia
223 faz a proposta para que o gestor faça a análise para suprir esse recurso. Assim esse recurso
224 poderia ser aplicado na república. Quanto aos valores para famílias em transito, Marilys
225 concorda que precisa ser definido os critérios. Não dá para atender outras demandas visto
226 ser um recurso específico. Ficou acordado que trará os valores que serão pactuados por
227 meta para o chamamento para República, pois primeiro precisa passar pela comissão da
228 partilha do PPAS I e V. Trazer o chamamento para ser aprovado para CMAS. Marcia
229 esclarece que cada resolução trata de coisa diferentes. Todos votaram. Ainda em
230 continuação ao ponto de pauta da comissão de fundo, Luana Campos se apresenta como
231 Assistente Social que coordena o serviço de proteção social especial executado pela
232 entidade Cáritas, através de convênio com a secretaria de assistência social. Informa que
233 serviço foi implantado em quinze de junho de dois mil e quinze e tem como público algo
234 pessoas com deficiência e/ou idosas em situação de violação de direitos e dependência de
235 cuidados e suas famílias. Explicita que o convênio de 2015 foi aditivado para continuidade do
236 serviço em 2016 e 2017 e que, ao final de 2017, como todas as entidades, foi finalizado o

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

237 convênio para atender ao novo chamamento e, em vinte e nove de janeiro de 2018 a
238 entidade realizou a devolução de saldo do convênio anterior para a SMAS. Justifica que o
239 saldo é composto principalmente pelos recursos recebidos referentes aos meses de maio e
240 junho de 2015, visto que o serviço ainda não havia sido implantado e a entidade entendeu
241 que não seria correto usar o recurso. Esclareceu que este recurso obrigatoriamente, como
242 todos os recursos públicos, ficou aplicado gerando rendimentos que também não foram
243 utilizados. Assim como pelo recurso de pagamento de pessoal que foi previsto, mas não
244 executado. Pontuou sobre o aumento da equipe da entidade com a implantação do serviço
245 que passou de sete para vinte e sete funcionários e que, no final do ano de 2017, devido ser
246 apenas um CNPJ da entidade para a contratação de todos os funcionários, embora houvesse
247 recursos previstos no plano de trabalho para aumento do dissídio em 10%, foi concedido
248 apenas 3%, não sendo possível a aplicação do recurso do convênio para aumento diferente
249 apenas para a equipe que executa o serviço, sendo estes os valores mais altos e de maior
250 quantidade. Luana pontuou ainda que foram previstos recursos para execução de grupo com
251 as famílias, mas que há uma dificuldade visto o público alvo atendido ser dependente de
252 cuidados e, em sua maioria, contar apenas com um/a cuidador/a, não podendo este se
253 ausentar para participar de atividades fora do domicílio. Neste sentido, Luana solicita ao
254 conselho a deliberação de que o recurso devolvido em 29/01/2018 retorne para a Cáritas com
255 o objetivo de adequação das exigências do novo chamamento, como a ampliação da equipe
256 e qualificação das ações já executadas. Luana discutiu ainda a necessidade de aquisição de
257 veículo adaptado para melhorar o atendimento já ofertado, entretanto, sendo o recurso de
258 cofinanciamento federal, não poderia ser utilizado para este fim e que a entidade procurará
259 outras formas de financiamento para suprir esta necessidade. Luciana perguntou se além do
260 aumento do RH tem planejamentos para as mudanças no atendimento para qualificação.
261 Luana relata que há a possibilidade de implementação de novas ações, como a busca ativa
262 por exemplo, mas que outras ações estão sendo discutido pela gestão, como por exemplo a
263 redivisão dos territórios atendidos. 17 aprovaram sem nenhuma abstenção. Neusa deixou os
264 pontos de pauta seguintes para a próxima reunião, trazendo o relato apenas do Morada de
265 Deus. Foi avaliado que falta questões de documentação. Falta apenas certidões. O parecer
266 de comissão de inscrição é prorrogar por 30 dias. Todos aprovaram. Não houve comissão de
267 ética. Luana informou que será a coordenadora da comissão de fundo. Registre-se que a lista
268 de presença é documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 12h00min, sendo o
269 que havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade, primeira Secretária deste
270 Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para
271 apreciação e aprovação.